



UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI – URCA

MULHERES NEGRAS: UM CENÁRIO DE RACISMO E VIOLÊNCIA EM CONJUNTO

¹ Analice Leite de Sousa, Universidade Regional do Cariri.

² Ivanna Pequeno dos Santos, Universidade Regional do Cariri.
aliceifce25@gmail.com

Resumo:

Introdução: O Brasil tem, historicamente, perpetuado em sua cultura o machismo e o racismo, esses ideais ainda se encontram fixados no Poder Judiciário nacional, que tem cor, gênero e classe social, tornando as mulheres vulneráveis, principalmente as de pele negra, que são as maiores vítimas da violência de gênero. Seus casos de violência são exibidos na mídia de forma tosca, transformando atos absurdos em acontecimentos costumeiros. Ademais, deve-se repensar qual papel o Poder Judiciário está desempenhando nessa perspectiva. **Objetivos:** O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o cenário de violência em relação às mulheres negras, visto que são mais vulneráveis economicamente e historicamente sofreram com o racismo e estereótipos impostos pela sociedade. **Materiais e métodos:** A metodologia utilizada no estudo foi uma pesquisa bibliográfica que se efetuou pela busca sistematizada, abrangendo artigos de periódicos indexados nas bases de dados: Scielo, Google Acadêmico e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. A busca foi realizada com as palavras-chave violência, etnia e mulheres. Tendo como critérios de inclusão artigos completos, em português, no período de 2016 a 2019 e de exclusão de artigos incompletos, em outros idiomas e publicados em anos anteriores a 2016. Dentre os artigos analisados foram escolhidos 2 que atendem os critérios citados. **Resultados:** Mediante a análise dos artigos, observou-se que existem dois parâmetros a serem considerados sobre a violência contra as mulheres negras. O primeiro é que há um vínculo entre o racismo e a violência de gênero, a observação dos privilégios das mulheres brancas e da discriminação racial postos na cultura nacional são aspectos cruciais para a compreensão desse quadro. O seu reconhecimento jurídico foi marcado pela Lei Maria da Penha, a aprovação dela se deu após vários movimentos feministas em prol dos direitos das mulheres e o segundo se refere a sistemas de opressão inseridos nas instituições públicas, às quais deveriam oferecer proteção a essas mulheres, isso é comprovado pela escassez na produção de dados sobre a Lei Maria da Penha e à forma como as mulheres negras são tratadas, seus casos de violência são invisibilizados e marginalizados. **Conclusão:** Foram alcançados inúmeros avanços com relação aos direitos das mulheres com a Constituição de 1988, porém ainda existem desafios a serem enfrentados, visto que o país ainda é regido por ideologias retrógradas, logo, são necessárias medidas de incentivo à luta por direitos igualitários para as mulheres, não só as negras, mas todas as mulheres, bem como ideais de solidariedade, empatia e engajamento nas questões referentes a direito humanos por parte do poder público, com o intuito de quebrar os paradigmas, falsas definições existentes com

relação a elas e criar uma sensibilidade na sociedade, agindo, principalmente em conjunto com a mídia, que é a responsável por disseminar tais concepções. **Referências:** OLIVEIRA T.G; Qual a classe, a cor e o gênero da justiça? Reflexões sobre as (im)possibilidades de combate à violência de gênero doméstica e familiar contra as mulheres negras pelo poder judiciário brasileiro. Londrina: Revista Mediações, 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24677/19362>. Acesso em: 17 nov. 2022. SILVA S.G; Preconceito e Discriminação: As Bases da Violência Contra a Mulher. Brasília: Psicologia, ciência e profissão, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2820/282021784009.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2022.

Descritores: Racismo, violência, gênero.